

**Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45**

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2016 e 2015.

Balanco Patrimonial (em R\$1,00)		A Diretoria	
	31/12/2016 (R\$)	31/12/2015 (R\$)	
Circulante (Ativo)			Circulante (Passivo)
Caixa e equivalentes de caixa	5.946.247,03	414.174,57	Fornecedores
Contas a Receber - Convênios e SUS	15.330.046,91	13.350.260,06	Obrigações trabalhistas
Outros Créditos	532.112,07	387.393,59	Obrigações sociais
Estoques	1.873.666,28	2.051.871,66	Obrigações fiscais
Despesas Antecipadas	8.248,54	305.423,47	Outras obrigações
Total do Ativo Circulante	23.690.320,83	16.509.123,35	Total do Passivo Circulante
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	965.350,80	847.477,34	Provisões para contingências
Imobilizado + Intangível			Total do Passivo
Imobilizado - Gestão Pública	55.639.433,23	52.727.310,96	16.182.586,74
(-) Depreciação Acumulada	(30.348.199,70)	(29.142.125,73)	16.182.586,74
Intangível - Gestão Pública	766.371,72	564.055,98	Patrimônio Líquido
(-) Amortização Acumulada	(514.910,51)	(395.691,47)	Patrimônio Social
Imobilizações em andamento - T.R. 05/2016	181.911,13	-	Resultado do Exercício
Total do Ativo Não Circulante	26.689.946,67	24.601.027,08	8.251.682,77
Total do Ativo	50.380.267,50	41.110.150,43	9.116.906,19
			Total do Patrimônio Líquido
			2.730.381,97
			8.251.682,77
			870.047,94
			Total do Passivo + Patrimônio Líquido
			50.380.267,50
			41.110.150,43

Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$ 1,00)			
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2014	12.587.261,88	(15.297.187,69)	(2.709.925,81)
Incorporação do resultado anterior	(15.297.187,69)	15.297.187,69	-
Transf./Comodato	(20.456,16)	-	(20.456,16)
Superávit Exercício	-	3.600.429,91	3.600.429,91
Saldos em 31/12/2015	(2.730.381,97)	3.600.429,91	870.047,94
Incorporação do resultado anterior	3.600.429,91	(3.600.429,91)	-
Ajustes do exercício anterior	(811,80)	-	(811,80)
Transf. / Comodato	(4.012,72)	-	(4.012,72)
Superávit do Exercício	-	8.251.682,77	8.251.682,77
Saldos em 31/12/2016	865.223,42	8.251.682,77	9.116.906,19

Notas Explicativas para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO, mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA, é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo n.º 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias; IV Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. O Hospital Regional do Vale do Paraíba mantém o convênio n.º 001.0500.000036/2015 iniciado em 01/07/2015 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com mais de 500 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 Resolução 1409/2012 que revogou a NBC-T 10.19, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

2.2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **(B) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

(C) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **(D) Ajuste a Valor Presente nos Ativos e Passivos:** A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

(E) Imobilizado: Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. A Entidade recebeu o Termo de Reti-ratificação n.º 05/2016 para Investimentos visando adequação física do Prédio Administrativo do Hospital Regional do Vale do Paraíba, conforme segue:

ORIGEM DOS RECURSOS	
Termo de Retirratificação - Investimento	2016
Repasse SES T.R. 05/2016	606.337,11
Rendimentos s/ aplicações financeiras T.R. 05/2016	1.713,24
Total	608.050,35

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
Movimentação Financeira	2016
Obra e reforma - T.R. 05/2016	181.901,13
Total	181.901,13

(F) Apuração do resultado do exercício: As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **(G) Patrimônio Líquido:** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016 (R\$)	31/12/2015 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio	2.042,80	2.011,49
Contas correntes - Rec. Público	-	-
Contas correntes - Rec. Próprio	96,57	1.013,46
Aplicações financeiras - Recurso Público	2.542.784,80	25.810,84
Aplic. financeiras - T.R. 05/2016	428.588,83	-
Aplicações financeiras - Recurso Próprio	2.972.734,03	385.338,78
Total	5.946.247,03	414.174,57

3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se, substancialmente a aplicações financeiras de curto prazo em depósitos bancários (automático) e fundos de investimento, assim distribuídos:

Instituição oficial	Tipo Aplicação	Origem Recurso	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Banco Brasil	CP	Próprio	2.779.573,03	70.014,40
Banco Brasil	CP	Próprio	99.011,53	35.008,88
Banco Brasil	Fundos	Próprio	-	280.123,20
Banco Brasil	CP	Próprio	94.149,47	192,3
Banco Brasil	CP	Público	2.542.784,80	25.810,84
Banco Brasil	CP	T.R. 05/2016	428.588,83	-
Total			5.944.107,66	411.149,62

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIO

Ativo Circulante	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Créditos com Pacientes Particulares	359.312,90	287.325,01
Créditos com Pacientes Convênios	12.468.943,40	10.750.592,76
Créditos de Pacientes do SUS	5.207.093,01	4.668.270,54
(-) Provisão Dev. Duvidosos	(2.705.302,40)	(2.355.928,25)
Total	15.330.046,91	13.350.260,06

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Créditos de Funcionários	285.021,71	159.002,09
Empréstimos de Mat/Medic.	128.376,33	109.191,80
Outros Créditos	118.714,03	119.199,70
Total	532.112,07	387.393,59

6. ESTOQUES

Estoque - Circulante	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Drogas e Medicamentos	669.236,19	980.474,92
Materiais de uso paciente	779.938,92	662.579,36
Gêneros Alimentícios	6.933,33	10.927,62
Produtos de Limpeza	32.570,37	29.616,65
Impressos Mat. de Expediente	3.564,85	8.695,58
Materiais de Laboratório	118.653,33	-
Materiais em Consignação	160.675,08	251.832,75
Outros Materiais	62.292,09	40.662,67
Materiais Diversos	39.802,12	67.082,11
Total	1.873.666,28	2.051.871,66

Demonstração do Resultado do Exercício		
	31/12/2016 (R\$)	31/12/2015 (R\$)
Receitas - Saúde		
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	57.321.124,29	49.020.263,62
(-) Glosas - Convênios/Particulares	(1.121.132,89)	(624.370,39)
Receitas - SUS	57.554.711,42	58.002.310,37
(-) Glosas - SUS	(2.186.587,73)	(8.105.262,93)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	63.120.000,00	52.564.460,00
Receitas c/ Subvenções Estaduais	-	4.585.878,52
Gratuidades		
Custo Gratuitades Concedidas	43.490.220,72	42.194.104,64
(-) Isenção Gratuitades Concedidas	(43.490.220,72)	(42.194.104,64)
(=) Receita Operacional Líquida	174.688.115,09	155.443.279,19
Custos - Saúde		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(151.861.755,13)	(138.878.160,05)
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias/Sociais		
Custo Contribuições Previdenciárias	11.359.388,38	10.299.235,24
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	(11.359.388,38)	(10.299.235,24)
Custo COFINS	7.202.869,91	4.833.387,50
(-) Isenção COFINS	(7.202.869,91)	(4.833.387,50)
Custo CSLL	742.651,44	324.038,69
(-) Isenção CSLL	(742.651,44)	(324.038,69)
(=) Lucro Bruto	22.826.359,96	16.565.119,14
(+/-) Despesas Administrativas		
Custos com Pessoal	(15.368.678,34)	(13.411.207,66)
Serviços de Terceiros	(471.689,47)	(631.952,47)
Materiais Médicos	(221.580,07)	(267.491,23)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(3.320,89)	(32.609,68)
	(1.249.315,14)	(1.368.053,93)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	6.790.593,37	2.476.644,92
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Receitas com Doações	3.026.109,43	3.673.078,98
Receitas Diversas	627.174,27	768.605,97
Outras Receitas c/ Subv. Estaduais	181.901,13	-
Despesas Diversas	(2.556.367,51)	(2.818.844,20)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	1.548.447,94	1.227.952,65
Despesas Financeiras	(87.358,54)	(104.167,66)
(=) Superávit/Déficit do Exercício	1.461.089,40	1.123.784,99

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	31/12/2016 (R\$)	31/12/2015 (R\$)
Resultado do Exercício	8.251.682,77	3.600.429,91
Ajustes:	(811,80)	-
Depreciação	1.325.293,01	2.421.354,76
Transferências	(4.012,72)	(20.456,16)
(=) Total	9.572.151,26	6.001.328,51

Redução / (Aumento) Contas a Receber / Outros créditos	(2.124.505,33)	(1.658.664,93)
Redução / (Aumento) Estoques	178.205,38	16.190,85
Redução / (Aumento) Despesas antecipadas	297.174,93	(297.598,18)
Redução / (Aumento) Realizável não circulante	(117.873,46)	(214.761,61)
(Redução) / Aumento de fornecedores	(2.643.695,55)	(423.236,88)
(Redução) / Aumento de Obrigações trabalhistas	788.538,53	807.786,17
(Redução) / Aumento de obrigações sociais	79.603,25	7.482,66
(Redução) / Aumento de obrigações tributárias	74.180,18	34.718,70
(Redução) / Aumento de outras obrigações	899.049,27	(5.439.153,77)
(Redução) / Aumento de exigível não circulante	1.825.583,14	1.451.522,03
Caixa Líquido vindo de atividades operacionais	8.828.411,60	285.613,55

(Aquisição) / Baixa do ativo imobilizado	(3.094.023,40)	(1.916.113,86)
(Aquisição) / Baixa do ativo intangível	(202.315,74)	(1.375,00)
Caixa Líquido das atividades de investimentos	(3.296.339,14)	(1.917.488,86)
Aumento / diminuição de caixa e equiv. de caixa	5.532.072,46	(1.631.875,31)
Caixa e equiv. de caixa no início do período	414.174,57	2.046.049,88
Caixa e equiv. de caixa no final do período	5.946.247,03	414.174,57

7. Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$	Depreciação Anual (%)
Benefícios Imóveis Terceiros	27.550.912,87	23.123.938,53	4%
Benefícios Imóveis Terceiros - T.R. 03 e 05/2014	-	4.426.974,34	4%
Móveis e Máquinas	14.135.148,95	12.647.704,49	10%
Móveis e Máquinas T.R. 03 e 05/2014	-	371.681,05	10%
Apar./Instrum. Medicina e Cirurgia	10.811.937,33	7.667.190,56	20%
Apar./Instrum. Medicina e Cirurgia T.R. 03 e 05/2014	-	414.546,99	20%
Apar./Instrum. Medicina T.R. 05/2013	-	363.152,78	20%
Equipamentos Proc. Dados	1.474.469,40	1.339.103,62	20%
Equipamentos Proc. Dados T.R. 03 e 05/2014	-	1.989,00	20%
Equipamentos de laboratório	89.708,01	-	20%
Instalações	1.233.791,73	1.226.891,73	10%
Biblioteca	21.525,28	-	10%
Outros Imobilizados	241.039,66	1.063.237,87	10%
Veículos	80.900,00	80.900,00	20%
Total	55.639.433,23	52.727.310,96	
(-) Depreciação acumulada	(30.348.199,70)	(29.142.125,73)	
(=) Imobilizado - líquido	25.291.233,53	23.585.185,23	
Intangível - Gestão Pública			
Software	766.371,72	564.055,98	20%
(-) Amortização acumulada	(514.910,51)	(395.691,47)	
(=) Intangível - líquido	251.461,21	168.364,51	
<			

**Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)**
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS

Obrigações	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Ordenados a Pagar	2.423.031,92	2.139.011,27
Provisão de Férias e Encargos	5.009.222,34	4.504.704,46
Obrigações Trabalhistas	7.432.254,26	6.643.715,73
FGTS a Recolher	379.844,76	343.935,97
INSS a Recolher	291.324,83	261.930,37
INSS a Recolher de Terceiros	42.308,49	34.679,39
PIS a Recolher	61.751,98	54.936,67
Outras Obrigações Sociais	1.324,84	1.469,25
Obrigações Sociais	776.554,90	696.951,65
IRRF a Recolher	248.493,67	192.914,38
IRRF a Recolher de Terceiros	67.947,28	64.320,52
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	216.913,25	204.421,86
ISS na Fonte a Recolher	77.195,57	74.712,83
Obrigações Fiscais	610.549,77	536.369,59

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
Honorários Médicos a Pagar	7.160.046,27	6.873.077,25
Subvenções a Realizar (T.R.05/16)	424.435,98	-
Contas a Pagar	1.013.677,56	833.240,44
Empréstimos a Repassar	183.370,91	194.061,48
Outras Obrigações	23.765,76	17.383,35
Empréstimos de Materiais	166.720,96	155.205,65
Obrigações Fiscais	8.972.017,44	8.072.968,17

10. PROCESSOS TRABALHISTAS E JUDICIAIS:

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração. Em 2016 a provisão atingiu o montante de R\$16.182.586,74.

Parecer Jurídico – Provisão para contingências 31/12/2016	
Risco de Perda	Valor da Causa (R\$)
Risco Remoto (10%)	27.364,64
Risco Possível (20%)	769.102,55
Risco Zero	-
Risco Provável (70%)	15.386.119,55
Total da Causa	32.591.350,82
Valor total da Provisão (%)	16.182.586,74

11. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS:

A entidade mantém controles que demonstram no exercício de 2016 o cumprimento do percentual de 78,33% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelos Decretos nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS e Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

Sistema AIIH/CIH - 2016				
Mês	SUS/Gratuitos	CIH	Total Mensal	% SUS
Janeiro	4.065	1.408	5.473	72,27%
Fevereiro	3.737	1.118	4.855	76,97%
Março	5.061	1.213	6.274	80,66%
Abril	4.623	1.125	5.748	80,43%
Maio	4.831	1.606	6.437	75,05%
Junho	5.491	1.358	6.849	80,17%
Julho	4.497	1.306	5.803	77,49%
Agosto	4.716	1.307	6.023	78,30%
Setembro	5.320	1.129	6.449	82,49%
Outubro	4.570	1.340	5.910	77,33%
Novembro	4.907	986	5.893	83,27%
Dezembro	4.117	1.573	5.690	72,35%
Total Geral	55.935	15.469	71.404	78,33%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

- **Gratuidades:** representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2016 o montante foi de R\$43.490.220,72 e, em 2015, R\$42.194.104,64.

Demonstrativo das Receitas na Área da Saúde		
Discriminação	31/12/2016 (R\$)	31/12/2015 (R\$)
Receitas do Contrato de Gestão	63.120.000,00	52.564.460,00
Receitas do SUS	57.554.711,42	58.002.310,37
Receitas com Subvenções Estaduais	-	4.585.878,52
Receitas Convênios/Particulares	57.321.124,29	49.020.263,62
(-) Glosas – SUS, Convênios e Devoluções	(3.307.720,62)	(8.729.633,32)
Doações	3.026.109,43	3.673.078,98
Receitas Financeiras	1.548.447,94	1.227.952,65
Outras Receitas Operacionais	627.174,27	768.605,97
Outras Receitas com Subvenções Estaduais	181.901,13	-
Total – Base de Cálculo	180.071.747,86	161.112.916,79
Gratuidades em Serviços de Saúde	43.490.220,72	42.194.104,64

- **Isonções das Contribuições Previdenciárias/Sociais:** representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isonções Usufruídas	31/12/2016 R\$	31/12/2015 R\$
INSS – Quota Patronal	11.359.388,38	10.299.235,24
COFINS	7.202.869,91	4.833.387,50
CSLL	742.651,44	324.038,69
Total	19.304.909,73	15.456.661,43

12. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde - CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. O Processo de renovação nº 25000.178642/2015-39 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Bem como, foi protocolado em 25 de outubro de 2016, tempestivamente, o processo de renovação nº 25000.148601/2016-07.

13. RECEITAS OPERACIONAIS:

A conveniada (Hospital Regional do Vale do Paraíba) se obriga a encaminhar a Secretaria de Estado da Saúde, Relatório trimestral de Auditoria independente com parecer sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

14. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO:

Em 2016 a Entidade executou internamente projetos objetivando a redução de custos, sem alteração na qualidade dos serviços prestados, obtendo melhor desempenho financeiro para continuar a desenvolver suas atividades.

15. APLICAÇÕES DE RECURSOS:

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

16. COBERTURA DE SEGUROS:

Para atender medidas preventivas a entidade efetuou contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

13. RECEITAS OPERACIONAIS 2016 (Receitas Alheias)

ANO 2016 MESES	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	5.352.039,21	4.407.865,07	4.916.916,86	4.430.969,92	5.577.747,76	5.322.904,93	4.478.430,41	5.422.339,15	4.296.083,92	4.585.815,49	4.786.521,75	5.648.466,36	59.226.100,83
Particulares	75.095,01	90.426,02	66.102,19	61.290,63	70.280,09	107.543,50	104.106,83	107.418,69	46.963,83	101.853,31	70.937,24	180.866,11	1.082.883,45
Convênios Privados (-) Glosas	4.661.508,85	4.203.974,23	4.305.867,27	4.218.948,45	5.445.672,02	5.107.431,67	4.090.322,83	5.051.875,67	3.977.842,86	4.240.355,73	4.618.390,39	5.194.917,98	55.117.107,95
Doações Mat. Med.	615.435,35	113.464,82	544.947,40	150.730,84	61.795,65	107.929,76	284.000,75	263.044,79	271.277,23	243.606,45	97.194,12	272.682,27	3.026.109,43
RECEITAS DIVERSAS	38.181,61	78.197,58	42.727,78	41.072,31	90.875,67	36.307,79	52.545,67	49.277,50	50.670,46	34.286,66	78.832,08	34.199,16	627.174,27
Receitas com Aluguéis	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
Recuperações Diversas	12.866,66	12.606,37	12.863,52	11.559,51	19.673,40	14.079,45	12.628,21	7.475,43	12.830,56	13.384,56	14.861,73	13.227,43	158.056,83
Outras Receitas Diversas	960,48	870,60	821,40	915,30	49.613,94	1.392,64	1.173,10	4.004,63	1.324,00	902,10	43.970,35	971,73	106.920,27
Glosas Recuperadas	4.354,47	44.720,61	9.042,86	8.597,50	1.588,33	835,70	18.744,36	17.797,44	16.515,90	0,00	0,00	0,00	122.197,17
Convenio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	98.919,39	105.345,21	71.019,14	50.872,46	87.262,26	106.135,31	110.784,60	168.042,16	100.474,29	101.414,55	79.336,49	141.472,00	1.221.077,86
Rend. s/ Aplic. Financeiras	3.426,68	6.898,04	7.575,79	10.543,35	8.243,88	17.036,54	19.388,05	31.779,08	33.975,75	34.172,72	30.749,05	35.714,92	239.503,85
Juros e Correções Mon.	34.600,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	7,04	34.607,88
Descontos Obtidos	60.891,88	98.447,17	63.443,35	40.329,11	79.018,38	89.098,77	91.396,55	136.263,08	66.498,54	67.241,82	48.587,44	105.750,04	946.966,13
TOTAL POR MÊS	5.489.140,21	4.591.407,86	5.030.663,78	4.522.914,69	5.755.885,69	5.465.348,03	4.641.760,68	5.639.658,81	4.447.228,67	4.721.516,70	4.944.690,32	5.824.137,52	61.074.352,96
TOTAL POR TRIMESTRE	15.111.211,85			15.744.148,41			14.728.648,16			15.490.344,54			

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo Corporativo

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro Corporativo

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CT 1SP 182612/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da Filial **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** Taubaté-SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba (filial) ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** (filial), em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** (filial), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Entidade está apresentando na nota explicativa 11, informações que não são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Conseqüentemente, não efetuamos procedimentos de auditoria nem nenhum outro procedimento que nos permitam concluir sobre a razoabilidade dessas informações. **Responsabilidades da administração**

e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** (filial) ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** (filial) são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06 de março de 2017. GALLORO & ASSOCIADOS Auditores Independentes CRC PJ 2SP005851/O-7 Ana Maria Galloro Laporta CRC 1SP 203642/O-6